

FH não sai da coordenação política

Gustavo Miranda

MÔNICA GUGLIANO
Enviada especial

BUENOS AIRES — O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou ontem que vai continuar exercendo a função de coordenador político de seu Governo no segundo semestre, quando serão enviadas ao Congresso as propostas de reformas tributária e administrativa e entrará em pauta a reforma da Previdência Social. Como coordenador político na votação das reformas da Ordem Econômica, o presidente conquistou vitórias: em apenas quatro meses, as reformas foram aprovadas nos dois turnos na Câmara, e já estão sendo votadas pelo Senado.

— Essa é a função do presidente da República na hora em que vai propor emendas à Constituição. É ter posições claras sobre elas — disse o presidente, minutos antes de

deixar a Argentina, onde assistiu às solenidades de posse do presidente Carlos Menem, de volta ao Brasil.

A reforma da Previdência — defendida pelo presidente nos encontros que teve com empresários argentinos e brasileiros — foi enviada à Câmara logo depois das propostas de mudança na área econômica. Sua tramitação, porém, foi suspensa para evitar rachas na base do Governo, até porque causou polêmica entre os aliados. As reformas administrativa e tributária devem chegar ao Congresso em agosto.

— Agora vamos viver uma fase de reorganização intensa. O Brasil já entendeu que era preciso passar para uma economia aberta. Esse sopro de mercado não basta. Agora, para que possamos continuar crescendo, precisamos de uma profunda transformação na própria estrutura do Governo e da administração

— disse Fernando Henrique, num almoço com empresários argentinos e brasileiros.

O presidente, que chegou na tarde de ontem a Brasília, disse que vai buscar — e que espera conseguir — o apoio de todos os governadores às propostas de reforma tributária. Embora tenha admitido que os governadores costumam travar uma guerra fiscal atrás de investimentos privados, seja com redução ou isenção do ICMS, Fernando Henrique afirmou que deve haver um limite para essa guerra. Segundo ele, é preciso entender que os investimentos no Brasil não podem ser concentrados num único estado.

Fernando Henrique disse também que a distribuição de investimentos não pode ser feita apenas às custas do Tesouro Nacional. Para ele, é necessário oferecer aos estados mecanismos para que possam atrair novos in-

vestimentos.

— Esses investimentos devem ser atraídos pela maior capacidade que os estados tenham de fazer com eficiência que os custos baixem, melhorando portos e estradas — disse ele, depois de dois dias na Argentina.

Apesar da disposição de atuar como coordenador político, Fernando Henrique disse que não vai interferir na votação da lei dos partidos, que a Câmara começará a examinar em agosto, assim que voltar do recesso legislativo. Durante sua visita a Buenos Aires, o presidente fez muitos elogios à atuação do Congresso no primeiro semestre. Mas sempre fazendo questão de frisar que o Governo não admitirá pressões, “o toma-lá-dá-cá”, nem troca de favores.

Na página 14, 'FH diz que Governo deverá reajustar as tarifas públicas'



Fernando Henrique embarca para o Brasil, após dois dias na Argentina: “Viveremos uma fase de reorganização”